



## **Violência, autoritarismo e memórias na Literatura Brasileira**

**Pablo Emmanuel Romero Almada<sup>1</sup>**

**GINZBURG, Jaime. *Crítica em Tempos de Violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2012, pp. 518.**

Diversos são os modos construídos pela crítica literária para analisar e interpretar a literatura e a sociedade brasileira e global. No entanto, a articulação explícita com a questão da violência é, até então, uma grata novidade para este campo. Não se trata, desse modo, de um tema que subsume a totalidade das obras literárias brasileiras. Longe disso, trata-se de um tema transversal, mas encoberto, subentendido, ou quando presente, naturalizado e normalizado como efeito necessário. É nessa seara que a violência pode ser percebida em suas singularidades: a melancolia, o trauma, a memória, o esquecimento, o autoritarismo, a linguagem, os direitos humanos, o nacionalismo, o exílio e a tortura.

Tal concepção é nítida em *Crítica em Tempos de Violência*, obra de Jaime Ginzburg, produzida como resultado de sua tese de livre docência em Literatura Brasileira na USP. A coletânea traz trabalhos teóricos e explorações conceituais de diversos literatas, filósofos e cientistas sociais, além de conjugar ensaios analíticos de autores e de períodos literários cronologicamente organizados, o que se diferencia de uma visão literária estética e autônoma do social, mas trata a profunda imbricação de relações sociais, políticas e culturais. Ginzburg não procura, portanto, construir nenhum modelo normativo para designar o que seria a violência, tampouco pretende observá-la de modo unívoco. Há sim, uma busca de uma composição histórica que lança luz no tempo presente, seja em torno de relações de violência cotidiana perpetradas

<sup>1</sup> Doutor em Democracia no Século XXI pela Universidade de Coimbra. Pesquisador de Pós-Doutorado do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo.

temporalmente, seja por aquelas práticas que persistiram e deixaram marcas, traumas e silêncios em

aberto. A violência assume seu protagonismo como forma e conteúdo de uma sociedade que passa a naturalizar práticas arbitrárias, muito embora seu principal resultado possa ser, ainda como hipótese, a "constituição negativa do sujeito" (GINZBURG, 2012, p. 17), tal como pensada em *Educação após Auschwitz*, de Theodor Adorno, a qual não deve se repetir, nem se esquecer.

Desse ponto de vista, a construção da crítica da literatura sobre a violência fundamenta-se na *Dialética Negativa* de Adorno (2009), compreendida como uma "formulação conceitual centrada em impasses suspensos, em antagonismos que potenciam a si mesmos" (GINZBURG, 2012, p. 149). O movimento da coletânea parte da concepção do herói épico, justificada moral e politicamente por Hegel, aos artigos que problematizam a violência da eleição arbitrária do cânone ocidental literário, como faz Harold Bloom. O autor problematiza a irracionalidade difundida pelo Nazismo alemão e denunciada por Lukács, compreendendo que não são estes meros fenômenos adjacentes aos estudos literários ou dotados de uma objetividade totalizante que se justificariam teleologicamente. Recusa-se a concepção pela qual a violência torna-se destino comum, necessidade, repetição ou constante ameaça, de tal sorte a ser superada por uma síntese idealizada, compondo uma unidade contraditória. Portanto, não haveria uma totalidade que superaria as particularidades, mas apenas um "caminho estratégico para a crítica cultural" (GINZBURG, 2012, p. 153).

A crítica literária da violência não apenas constrói uma relação de objetividade mediante processos estruturais e coletivos. É na literatura de testemunho e na autobiografia que se encontram os complexos processos de subjetivação. A necessidade de narrar o sofrimento, o trauma, a violência corporal ou a sobrevivência demonstra que a linguagem figura como "traço indicativo de uma lacuna, de uma ausência" (GINZBURG, 2012, p. 57) do mesmo modo que tensiona sua legitimação institucional. Já na autobiografia, o sujeito pode ser estabelecido como "campo de observação e investigação" (GINZBURG, 2012, p. 163), derrogando o cartesianismo ordenado e totalizante do narrador mediante o confronto com categorias de pensamento já estabelecidas, o confronto com a experiência reprimida (e possivelmente onírica) ou, ainda, a discussão de sistemas totalizantes e critérios de verdade.

Assumindo uma perspectiva próxima a de Walter Benjamin, a qual concebe o tempo como um "saturado de agoras" (GINZBURG, 2012, p. 145), a literatura brasileira é o objeto de investigação na obra, não em um sentido totalizante, mas pela busca das singularidades que desvelam representações, memórias, silenciamentos e relatos imbricados em melancolia. Portanto, a hipótese da sociedade brasileira ter se erigido por processos históricos demarcados pela violência, causou-lhe traumas ainda existentes e que dificilmente serão superados. Essa perspectiva coaduna-se com a

inferência que "na produção cultural do século XX, encontr[a]mos marcas desse impacto, em formas variadas de elaboração estética e linguística" (GINZBURG, 2012, p. 185), tais como o testemunho, a fantasmagoria, a fragmentação de perspectiva e a dissolução do realismo. As experiências vividas não se constituem, nesse caso, do ponto de vista homogêneo e unificado por um único plano temporal definido pelo autoritarismo nacional. Ao contrário, como se pode analisar em Caio Fernando de Abreu e em Luís Fernando Veríssimo, há uma custosa "tentativa de atribuir sentido à experiência humana", haja visto a inacessibilidade do presente, a fragmentação e incerteza da memória gerada pelo trauma, já que, para esta vítima "as referências de tempo escapam ao controle" (GINZBURG, 2012, p. 187).

O processo pelo qual o indivíduo torna-se vítima permite lançar o questionamento sobre a forma como os direitos humanos são mobilizados na nossa sociedade e, conseqüentemente, na literatura. Exemplos de personagens humildes ou auto-inferiorizados como o Fabiano, do *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, ou Macabéa, de *A Hora da Estrela* de Clarice Lispector, revelam que, em contraste com seus cultos narradores, há uma enorme dificuldade em enunciar a questão dos direitos humanos. O sofrimento vivenciado cotidianamente e a pobreza da linguagem constituem-se em barreiras sociais que, supostamente, se ausentaram de outros personagens mais intelectualizados. Ocorre que, como bem salienta Ginzburg, personagens intelectualizados muitas vezes não são dotados de um senso de reciprocidade, o que desabona (aquilo que pode ser entendido como) uma afinidade eletiva entre inteligência e ética, colocando sob suspeita a percepção de que intelectualidade e letramento garantiriam um senso de moral e ética aos indivíduos. Ao contrário, em sociedades intelectualizadas, muitas vezes, foram pessoas cultas que perpetraram a violência contra os mais humildes, resultando em um não reconhecimento da dor do outro como idêntica ao "eu".

O autoritarismo político que demarca os processos de violência e massacres ocorridos ao longo da História do Brasil parecem normalizar a violência e o trauma, haja vista essa permanência muito mais calcada na sociedade do que seus momentos de democracia. Ao entender o autoritarismo como "uma caracterização de um regime político em que existe um controle da sociedade por parte do Estado, que manipula as formas de participação política e restringe a possibilidade de mobilização social" (GINZBURG, 2012, p. 228), Ginzburg utiliza-se de uma formulação bastante pertinente na Ciência Política e na Sociologia que se debruçou sobre as transições políticas no Brasil. A permanência do autoritarismo na sociedade, mesmo após as mudanças formais e institucionais de regimes políticos é o que garante, não apenas a força do argumento de processos violentos na formação social do Brasil, como também a perpetração de dessas práticas no cotidiano, aquilo que Paulo Sérgio Pinheiro (1991) denominou outrora de autoritarismo socialmente implantado.

Um país cuja violência e autoritarismo são elementos de sua formação social, portanto, acaba por ter sua memória coletiva limitada, acarretando o esquecimento ao invés de presenciar seu debate e ressignificação. Essa fratura permite que a literatura ocupe parte desse espaço de memória, representando não apenas o trauma experienciado, mas também ensaiando perspectivas de quebra dessa continuidade. Os questionamentos e tensões perante situações de violência, como bem observa a partir do conto *A Causa Secreta* de Machado de Assis, e dos romances *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, e *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa, não endossam comportamentos reativos nas personagens ou solidariedade para com os opressores, e sim, reflexões sobre episódios de destruição, mutilação, morte e agressão.

Para tanto, traçar a composição histórica pela qual a literatura brasileira se edificou, tomando como central a questão da violência, implica considerar as suas diversidades sociais, culturais e políticas, sem abdicar das complexidades estéticas próprias. Nesse sentido, o ponto de partida da poesia do período colonial, especialmente a de José de Anchieta, revela como a guerra contra os índios, vistos como "demoníacos", é um fator-chave que possibilita a subjugação racial através da moral religiosa vigente combinada com um prognóstico sobre um fatídico destino de morte. Já ao que se refere à poesia rio-grandense do período Republicano, a guerra é interpretada na matriz do heroísmo, perpassando as memórias individuais e construindo, através do tema da morte, uma dualidade calcada na ambivalência entre "a violência constante e a busca de conservação da ordem, entre impulsos de modernização e a pauta conservadora" (GINZBURG, 2012, p. 289).

Com a mudança social e a complexificação política nacional e internacional, que ocorreu dos anos 1930 aos anos 1950, Carlos Drummond de Andrade ocupa um posto chave na crítica literária de Ginzburg. É em *A Rosa do Povo* que se observa a violência incessante, continuada pelo trauma não superado de períodos anteriores, e que está presente cotidianamente como, em termos adornianos, "mínimo", ou seja, nem plena, nem vazia, mas presente. Trata-se de uma experiência antagônica e incapaz de qualquer síntese, pela qual Drummond dialoga através de uma atitude melancólica, seja representada em sua poesia, seja referente à sua própria postura política e intelectual. O ufanismo, o nacionalismo, o fascismo e o autoritarismo parecem encontrar na ironia de Drummond um freio que os mantém distantes, sobretudo pelo encadeamento da ironia com recursos estilísticos de fragmentação, de ruptura com a linearidade e decomposição. Antípoda de Drummond, Plínio Salgado embasa seu ideário integralista na crítica à fragmentação, representada pelo regionalismo, e em prol de uma unidade cultural e literária brasileira, embora sua predileção pelos valores de guerra e heroísmo estejam expressos na literatura gaúcha.

A organização dos excertos textuais de *Crítica...* induz o leitor atento a uma análise comparativa entre Drummond e Salgado, o que se realizará, do mesmo modo, com as obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. A comparação permite sistematizar

a indagação acerca das políticas de memória que perpassa a crítica literária desse conjunto de autores, ou seja, sobre a "interpretação do passado [que] é também um referencial para orientação das ações do presente"(GINZBURG, 2012, p. 355). Nesse sentido, cabe pontuar que, embora sejam diversas as polêmicas sobre a obra de Freyre, no que tange sua perspectiva racial e racista de "democracia racial", não se poderia arriscar uma postura anacrônica de juízo deste autor que não incorra em considerar o debate racial dos anos 1930, onde a visão dominante representada por Vianna é a de uma inferioridade racial científica e metodologicamente embasada. Portanto, essa discussão conduz ao questionamento dos problemas teóricos e metodológicos que se impõem à historiografia da literatura brasileira e às políticas de memória, conforme se problematiza a escravidão, a relação entre intelectuais e política dos anos 1920 e 1940, e, finalmente, as renovações do campo intelectual dos anos 1980 e 1990 perante ondas neoconservadoras que reforçam autoritarismos, exclusões e heranças patriarcais.

Essas permanências de violência não apenas se revelam na literatura e se articulam no próprio pensamento social, como também se complexificam. Em *Infância*, Graciliano Ramos traz o medo constitutivo a partir da relação familiar, revelando uma espécie de origem do medo e do desamparo, que se estabelece em relações de religião, racismo, moral, autoridade, entre outros, embora essa trama possa encontrar alguma solução redentora. A poesia de Murilo Mendes, no que lhe concerne, articula os símbolos do mundo religioso com o autoritarismo militar, encontrando um Deus frustrado que renuncia e abandona o homem ao sabor da morte na guerra. É essa mesma condição que Guimarães Rosa atribui, em *Grande Sertão: Veredas*, a Riobaldo, quando perdido na jagunçaria, mas cuja experiência de vida é profundamente marcada por essa condição, revelando a impossibilidade de controle do processo histórico frente àquilo que Hannah Arendt (2006) descreveu como "terror total".

Os "anos de chumbo" trouxeram um novo conjunto de problemas políticos e sociais pelos quais a crítica literária de Ginzburg navega. Em Clarice Lispector, Ginzburg ressalta seu posicionamento antagônico e questionador perante os rumos das universidades e da literatura no Brasil quando escreve sua *Carta ao Ministro da Educação*, de fevereiro de 1968. Este é um texto que, como ela mesma indica, deveria ser lido como uma "passeata". A contestação política também está presente em *A Legião Estrangeira*, uma contestação comportamental que desvela a homofobia e a heteronormatividade dos padrões conservadores e moralistas da sociedade, os mesmos que ressoava de modo agradável ao regime militar. Por seu turno, Caio Fernando de Abreu tem uma centralidade no estudo da crítica literária para os anos 1970, ao evidenciar os conflitos e instabilidades de gênero, o homoerotismo e o incesto. O autoritarismo, portanto, é evidenciado não apenas em uma relação de conflitos com movimentos políticos, mas está inscrito nas subjetividades, em uma lógica de "se estender ao campo dos impulsos primários" (GINZBURG, 2012, p. 400). O

caminho de crítica ao sistema patriarcal coloca em questão o fato de, sob o ápice da repressão, a disciplina patriarcal passível de ser questionada. Em Caio, diversos são os meios encontrados para problematizar o autoritarismo e sua perpetuação nos micropoderes sociais: através do fluxo de pensamento individual perante a multidão, o exílio político e do próprio sujeito, ao assumir uma condição de marginalidade e o trauma da experiência perante o terror. A dificuldade de integração do tempo individual com o tempo histórico revela um sólido antagonismo que perpassa a exclusão política e social causada por fatores externos e políticos, além da perda de sustentação subjetiva e de desejo perante a morte. A agonia das personagens de Caio contrasta com o humor, a ironia e a insinuação contra o cinismo de Luís Fernando Veríssimo.

Embora imbricadas de traumas e de terror, essas imagens são ainda nítidas quando comparadas com a obra de arte *O Espelho*, de Cildo Meireles. Nela, a incapacidade de resposta racional e esperada por quem se olha no espelho desfaz a experiência humana e desumaniza o sujeito, remetendo-se à cegueira. Porém, ao contrário de subjugação da condição humana, o que está posto é a capacidade de criação de uma poética visual, que se apresenta em outros trabalhos artísticos e cinematográficos (como em *Dancer in the Dark*, de Lars Von Trier), podendo ser tanto uma metáfora dos limites do conhecimento quanto o limite da condição humana ao inumano. A desumanização da violência pode resultar, como no conto *Um Túmulo para Chorar*, de Dalton Trevisan, e no *Passeio Noturno*, de Rubem Fonseca, em motivações não nítidas aos atos violentos, uma reação desmedida, pouco identificada pelo enredo da trama. Nesse caminho, a tortura se erige novamente, como na obra *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, elemento constituinte de uma "cultura do abjeto" (GINZBURG, 2012, p. 457), um obstáculo de forte presença social, seja pela generalização do medo, seja pela dor vivida e não superada.

Os testemunhos e falas de vítimas da tortura realizada pela ditadura militar, quando pensadas através da crítica literária, relatam profundos traumas pelos quais "o sujeito não se reconhece mais como a si mesmo, mas como um outro", de modo a "contrastar o vazio de sentido do próprio corpo e a imagem composta do inimigo à sua frente" como única "possibilidade de resgate de uma organização de sua constituição como sujeito", e, "por isso, passa a dirigir-se com um pensamento equivalente ao do torturador" (GINZBURG, 2012, p. 483). Essa transmutação do sujeito dessubjetivado ao seu antípoda torturador é bastante reveladora e de uma profundidade estética e psicanalítica, indicando que dificilmente haverá restauração de seus direitos humanos. Pelo contrário, nessa seara, a luz de esperança se funde em uma perda de horizontes, restando apenas a reprodução dos padrões de violência socialmente desejados.

Jaime Ginzburg, ao expor essa trajetória literária e histórica da violência brasileira, toca em pontos vitais para a permanência do autoritarismo e do trauma não superado. O pessimismo adorniano de sua crítica literária é contrabalanceado pela

esperança ficcional disposta no próprio conjunto de obras da literatura brasileira, sem que isso, sabiamente, incorra na busca, tão comum ao meio acadêmico, de uma síntese falseada do processo histórico.

## **Referências bibliográficas**

ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista USP**, 9, 1991, pp. 45-56.